

Ensino superior, para quê?*

Higher education, what for?

Henry Giroux¹

RESUMO

O texto propõe retomar a universidade democrática como referência ética, em face dos desafios do mundo globalizado. Discute a situação atual das universidades, caracterizada como uma crise mundial no Ensino Superior, tendo como referência as IES dos Estados Unidos da América e do Canadá. São destacados três aspectos nessa questão-problema: 1- as consequências do movimento de globalização, que atinge todas as esferas da vida humana, entre elas a educação, e demandam do Ensino Superior o exercício da função de educar as gerações futuras para enfrentar os desafios de uma democracia global, evitando adotar a prática da indução dos professores e alunos à instrumentalização e ao imediatismo, subvalorizando o conhecimento crítico. 2- a retomada pelas universidades de seus objetivos de conhecimento e autonomia, posicionando-se contra a instrumentalização, a mercantilização e a militarização, essa última, como monitoramento de diferentes sujeitos sociais, e do Estado, exercidos sobre as IES. Para isso, propõe a colaboração inclusiva como uma das principais formas de divulgação da universidade e da importância da liberdade e da autonomia da Instituição Superior em suas decisões e ações. 3- a universidade acessível a todos que, além de possibilitar o desenvolvimento de uma educação crítica e de uma cultura intelectual verdadeira, adota metodologias prazerosas, estimulantes e capacitadoras, e valoriza os professores extinguindo os “contratos alternativos de trabalho” que têm contribuído para o empobrecimento da qualidade do Ensino Superior.

Palavras-chave: universidade democrática; ética; conhecimento crítico; liberdade/autonomia; colaboração inclusiva.

ABSTRACT

The text proposes to reinstitute the democratic university as an ethic reference, given the challenges of the globalized world. It discusses the

* Tradução do artigo para o português: Elisabeth Seraphim Prosser.

1 Professor da McMaster University, em Hamilton, Ontário, no Canadá.

universities' current situation, which is characterized as a global crisis in higher education, taking as reference American and Canadian higher education institutions. Three aspects of such characterization are highlighted: 1 - the consequences of the globalization movement, which affects all spheres of human life, including education, and which demands the exercise of the "educating future generations to meet the challenges of global democracy" function, therefore avoiding the adoption of the practice of inducing to the instrumentation and the immediacy, which undervalues the critical knowledge. 2 - the retake of the universities' goals of knowledge and autonomy, leading to positions against exploitation, commodification and militarization. The latter, informed by the author, as a movement to be problematized in social subjects' formation in the United States and in the authoritarianism exercised over the higher education institutions in the same country. For that reason, an *inclusive collaboration* is proposed as one of the main ways to spread the importance of freedom and autonomy of Higher Institutions in their decisions and actions 3 - the university accessible to all, which adopts enjoyable, exciting and enabling methodologies, valuing teachers, and extinguishing the "alternative employment contracts" which contribute to the impoverishment of higher education quality.

Keywords: democratic university; ethics; critical knowledge; freedom/autonomy; inclusive collaboration.

Educação Superior, para quê?

Existe um consenso geral entre os acadêmicos de todo o mundo de que o ensino superior está em estado de crise. As universidades estão enfrentando atualmente, um crescente conjunto de desafios decorrentes de cortes orçamentais, com a consequente diminuição da qualidade, redução do corpo docente, militarização da investigação, bem como a reformulação do currículo para se adaptar às necessidades do mercado.

Nos Estados Unidos e no Canadá, muitos dos problemas do ensino superior podem estar ligados ao baixo financiamento, à dominação das universidades por mecanismos de mercado, à mudança da educação pública em privada, à intromissão do Estado de segurança nacional, bem como à falta de autonomia do corpo docente. Tudo isso não apenas contradiz o valor cultural e democrático do Ensino Superior, mas também transforma o próprio significado e a missão da universidade em uma caricatura. Uma das consequências disso é que as universidades e faculdades têm sido cada vez menos consideradas como esferas democráticas públicas dedicadas à prestação de um serviço público, cuja

ampliação se dá mediante as grandes realizações intelectuais e culturais da humanidade, e cuja função é educar as gerações futuras para poder enfrentar os desafios de uma democracia global.

A crise mundial no ensino superior tem consequências políticas, sociais, éticas e espirituais fundamentais. Em uma época em que a cultura de mercado *coloniza* agressivamente o cotidiano e em que as formas sociais, cada vez mais, perdem sua forma ou desaparecem por completo, o Ensino Superior parece representar uma reconfortante permanência, como um marco de lentas mudanças, em meio a uma paisagem de rápida dissolução das esferas públicas críticas. Mas o Ensino Superior nos Estados Unidos e em outros países está perdendo cada vez mais o seu caráter público e seu compromisso com a vida pública, uma vez que se alinha com poderes e valores corporativos e militares.

Líderes corporativos estão contratados como reitores de universidades; muitos docentes de carreira são substituídos por professores contratados por tempo determinado com a assinatura de contratos de trabalho; os alunos são tratados como clientes; e a aprendizagem é cada vez mais definida em termos instrumentais, enquanto o conhecimento crítico é relegado para a *lixeira* de uma arte liberal empobrecida e subfinanciada. Como observa Washburn (2006, p. 227):

Na sala de aula, decanos e prepostos se preocupam menos com a qualidade do ensino do que quanto dinheiro seus professores ganham. Ao se tornarem entidades comerciais, o espaço nas universidades para a realização de pesquisas, cruciais para a indústria ou que desafiam a ideologia do mercado convencional – investigação sobre a poluição ambiental, sobre a redução da pobreza, sobre perigos relativos à saúde ocupacional –, diminuiu gradualmente, assim como a vontade de as universidades defenderem seus professores, cujos trabalhos conflitam com os interesses corporativos de seus patrocinadores. Lutarão as universidades pela liberdade acadêmica nestas situações, ou cederão à pressão comercial por medo de afastar os seus patrocinadores?

Obrigar a universidade a servir como aprendiz de potência corporativa, reduzindo simultaneamente questões de autonomia universitária à extensão da lógica e dos interesses corporativos, fragiliza substancialmente o papel do ensino superior como esfera pública democrática: dos acadêmicos como intelectuais engajados e dos estudantes como cidadãos críticos. Perguntas sobre como a educação poderia possibilitar aos estudantes desenvolver um forte senso de justiça profética, promovem as competências analíticas necessárias para a manutenção

responsável do poder e fornecem o alicerce espiritual por meio do qual eles não só respeitam os direitos dos outros, mas também, como afirma Bill Moyers, “exigem sua agência moral e política”. Isso se torna cada vez mais irrelevante em uma universidade orientada pelo mercado e militarizada².

Se a comercialização e a militarização da universidade continuar ininterruptamente, o ensino superior não será mais uma das poucas instituições que fomentam a investigação crítica, o debate público, atos de justiça e deliberação comum, mantendo viva, assim, a esperança da política democrática e a moralidade pública.

A lógica do cálculo da universidade instrumentalizada faz mais do que diminuir a visão espiritual e política necessária para sustentar uma democracia vibrante e uma noção comprometida de organismo social, mas também, prejudica o desenvolvimento de espaços públicos, onde questões de dissidência, consciência pública e justiça social são valorizadas pedagogicamente e oferecem proteção contra as crescentes tendências antidemocráticas que estão se desenvolvendo nos Estados Unidos e em muitas outras partes do mundo.

Educar os jovens no espírito de uma democracia crítica proporcionando-lhes o conhecimento, a paixão, as capacidades cívicas e a responsabilidade social necessários para enfrentar os problemas da nação e do mundo, também significa desafiar a existência de fronteiras disciplinares rígidas, o culto da especialização ou de conhecimentos altamente especializados alheios à vida pública, e ideologias antidemocráticas que zombam do exercício da liberdade acadêmica. Essas tendências antidemocráticas e anti-intelectuais se intensificaram juntamente com o surgimento contemporâneo de diferentes fundamentalismos, incluindo um mercado baseado na racionalidade neoliberal, que exibe um profundo desprezo, se não uma total rejeição, pela democracia e pelo ensino público, assim como pela concessão de bolsas de estudos. Em tais circunstâncias, não é de estranhar que o ensino superior em várias partes do mundo seja refém de forças políticas e econômicas que desejam converter as instituições educativas em estabelecimentos empresariais, definidos por identidade, missão e fins lucrativos.

O Ensino Superior norte-americano está cada vez mais dividido entre as instituições que educam as elites para governar o mundo no século XXI e outras destinadas à formação dos alunos de baixa renda na economia mundial capitalista. É cada vez mais evidente que a universidade na América tornou-se uma instituição social que não conseguiu resolver as desigualdades na sociedade, mas contribui para uma crescente divisão entre as classes sociais. Em vez de

2 Sobre a questão da crescente militarização da universidade, ver em: GIROUX, Henry A., *The University in Chains: Confronting the Military-Industrial-Academic Complex*. Boulder: Paradigm Publishing, 2007.

ser um espaço de diálogo crítico, análise e interpretação, a universidade norte-americana é cada vez mais definida como um espaço de consumo, onde as ideias são validadas em termos instrumentais e valorizadas por seu sucesso em atrair financiamento externo, ao mesmo tempo que desenvolve laços cada vez mais fortes com poderes corporativos. Mais que isso, como a formação ultrapassa os orçamentos da maioria dos norte-americanos, a educação de qualidade em universidades públicas e privadas está reservada primeiramente para os filhos dos ricos e poderosos.

Proeminentes teóricos e educadores, como Hannah Arendt, John Dewey, Cornelius Castoriadis e C. Wright Mills acreditaram esperançosamente e alegaram corretamente que não devemos permitir que a educação seja modelada de acordo com o mundo empresarial nem nos acomodar enquanto o poder corporativo mina e influencia a semiautonomia do ensino superior, exercendo controle sobre seu corpo docente, seus currículos e seus alunos. Todos esses intelectuais de atuação pública partilham uma visão comum e um projeto de se repensar o papel que a educação poderia desempenhar ao proporcionar aos estudantes hábitos de pensar e formas de atuação que lhes permitam identificar e abordar os mais graves desafios e os perigos que o mundo cada vez mais dominado por um modo de pensamento instrumental e tecnológico enfrenta, o qual é moralmente e espiritualmente falido. Todos esses teóricos ofereceram uma noção da universidade como um estandarte da democracia e da aprendizagem de valores sociais significativos, uma noção que deve ser defendida nas discussões sobre de que forma serão as relações entre as empresas, as indústrias de guerra e o ensino superior no vigésimo primeiro século.

O Ensino Superior tem a responsabilidade não só da busca da verdade, independentemente para onde ela pode levar, mas também de educar os estudantes a desempenhar uma autoridade política e moralmente responsável. As universidades devem envidar esforços no sentido de expandir tanto a liberdade acadêmica quanto o papel da universidade como esfera pública democrática, mesmo que essas precisem ser remodeladas no início do novo milênio. Apesar de as perguntas sobre se a universidade deve servir apenas aos interesses públicos e não aos privados, já não carregarem consigo o peso de crítica contundente como fizeram no passado, essas perguntas ainda são cruciais na abordagem da realidade do Ensino Superior e do que pode significar o pensar a plena participação da universidade na vida pública como protetora e promotora dos valores democráticos, especialmente em um momento em que o sentido e a finalidade do ensino superior são cercados por interesses econômicos e políticos estreitos.

O que precisa ser entendido é que o Ensino Superior é uma das poucas esferas públicas em que o conhecimento, os valores e a aprendizagem oferecem um vislumbre da promessa de uma educação que estimule uma esperança crí-

tica e uma democracia substantiva (COTE; DAY; PEUTER, 2007; GIROUX, 2003). Pode ser que a vida cotidiana esteja cada vez mais organizada em torno de princípios do mercado, mas confundir democracia com relações de mercado, esvazia o legado do Ensino Superior, cujas raízes mais profundas são morais e não comerciais. Em defesa da possibilidade de acesso e da capacidade de os jovens aprenderem em instituições educacionais não corporativas, temos de dar atenção à importante visão expressa por Federico Mayor, o ex-diretor geral da Unesco, que insiste em que você não pode esperar qualquer coisa de cidadãos ignorantes exceto uma democracia instável (GIROUX, 2007) ou, como estamos aprendendo rapidamente, algo ainda pior.

Ao mesmo tempo em que a livre circulação de ideias é cada vez mais substituída por ideias geridas pela mídia dominante, elas se tornam banais, se não reacionárias. Intelectuais que se dedicam à dissidência são vistos ou desprezados como irrelevantes, extremistas ou não patriotas; intelectuais dedicados às relações públicas agora dominam os meios de comunicação, dispostos a tudo para internalizar cooptações e colher os frutos da divulgação de insultos aos seus alegados adversários. O que se perde nessas práticas antidemocráticas são as condições econômicas, políticas, educacionais e sociais que proporcionam uma cultura favorável ao florescimento da democracia.

Essa é, em parte, uma questão profundamente pedagógica e educativa, que não deve ser perdida nem pelos intelectuais nem pelas pessoas preocupadas com a finalidade e o sentido do Ensino Superior. A democracia coloca exigências cívicas sobre os seus cidadãos, e tais exigências apontam para a necessidade de uma educação de base ampla, crítica e que dê sustentação a um poder do cidadão com significado, a uma participação autônoma e a uma liderança democrática. Somente mediante tal cultura educacional crítica e sustentável é que os estudantes podem aprender como tornar-se agentes individuais e sociais, e não apenas espectadores descomprometidos, dispostos não só a pensar de maneira diferente, mas também a agir de acordo com engajamentos cívicos que “[...] necessitam de um reordenamento nas suas disposições básicas de poder” fundamentais para a promoção do bem comum e para produzir uma democracia cheia de significados (WOLLIN, 2008, p. 43).

Retomando a Universidade

Sheldon Wolin, um dos mais importantes teóricos da política dos últimos cinquenta anos, argumenta que vivemos em uma época em que “a política é

largamente destemperada pelo político.” Para Wolin, isso significa em parte, que os cidadãos já não são mais “[...] vistos como agentes envolvidos ativamente no exercício do poder e como contribuintes para a orientação da política” (WOLLIN, 2008, p. 43). Amplamente removidos da política, os cidadãos são transformados em consumidores e soldados ou relegados à poeira dos celeiros da disponibilidade.

A democracia é agora gerida por corporações, por elites que decidem e por fundamentalistas de direita. Os cidadãos são largamente despolitizados, reduzidos à sombra quanto à sua participação na política. Questões de poder e desigualdade, agora dão lugar a espetáculos midiáticos altamente geridos e trabalhados com a lógica corporativa de que o poder não deve ser utilizado para o bem público, mas para os interesses privados. Nesse contexto, a soberania democrática e estatal é substituída pela soberania corporativa e oferece uma noção de “‘democracia acionista’, que dá um ‘sentimento de participação’, sem exigências ou responsabilidades” (WOLLIN, 2008, p. 66). O poder do governo não é mais uma expressão da vontade coletiva do povo. Ao contrário, são os mecanismos da economia de mercado que agora definem tanto a política quanto os mais elevados ideais da nação.

Esse esvaziamento da democracia não pode acontecer sem a cumplicidade de uma intelectualidade fiel ou um público ignorante. O que é particularmente perturbador é que o ensino superior, ao invés de defender os ideais de uma democracia forte e a importância de educar cidadãos empenhados e críticos, tornou-se um baluarte ideológico de valores, práticas e interesses corporativos. Como Wolin (2008, p. 68) salienta:

Por meio de uma combinação de contratos governamentais, fundos de fundações empresariais, projetos conjuntos envolvendo pesquisadores universitários e corporativos, bem como ricos doadores individuais, as universidades (especialmente as chamadas universidades investigativas), os intelectuais, os acadêmicos e os pesquisadores têm sido perfeitamente integrados no sistema. Não há queimas de livros, nem *Einsteins* refugiados. Pela primeira vez na história do Ensino Superior norte-americano, professores enriquecem às custas do sistema, administrando vencimentos e regalias que se poderia invejar [...] A Academia tornou-se autopacificadora.

Como defendi em outro lugar, é tempo de retomar a universidade (GIROUX, 2004). É interessante notar que a “retomada da universidade” não deve ser confundida com a ideia de tomar o poder na universidade, um conceito

político mais militarista e excessivamente determinado que eu quero evitar totalmente. “Retomar a universidade” não é uma chamada para qualquer ideologia, no espectro político, de “invadir” a universidade. Mas ela sugere a necessidade de educadores e outros de tomar uma posição sobre a finalidade e o significado do ensino superior e do seu papel decisivo na educação de estudantes para participar em uma democracia inclusiva.

“Retomar a universidade” é uma referência ética e uma chamada à ação para educadores, pais, alunos e outros para recuperar o ensino superior como uma esfera pública democrática, um lugar onde o ensino não seja confundido com treinamento, militarismo ou propaganda, uma espaço seguro onde a razão, a compreensão, o diálogo, a crítica e o compromisso estejam disponíveis para todos os professores e alunos. O Ensino Superior, nesse sentido, tem de se tornar um *lugar* de luta permanente para preservar e ampliar as condições em que a autonomia de decisão e a liberdade de ação sejam informadas pelos imperativos democráticos de igualdade, liberdade e justiça.

O Ensino Superior sempre serviu, mesmo que de maneira irregular, como um lembrete simbólico e concreto de que a luta pela democracia é, em parte, uma tentativa para libertar a humanidade da obediência cega à autoridade e que agências individuais e sociais ganham significados principalmente mediante as liberdades garantidas pela esfera pública, liberdades em que a autonomia dos indivíduos só se torna significativa sob as condições que garantam, igualmente, o funcionamento de uma sociedade autônoma. O que é preciso reconhecer, à luz desse legado que é a relação íntima entre uma democracia ativa e forte e o ensino superior, é que os princípios do mercado não devem se tornar a estrutura organizacional, seja da educação, seja das relações sociais ou da própria democracia. O Ensino Superior não deve ser administrado como um negócio, nem deve ser simplesmente vendido para os mais altos *apostadores* corporativos e governamentais.

Deve ser lançada uma campanha contra a visão corporativa do ensino superior como apenas um centro de treinamento para futuros empregados de empresas, uma franquia para gerar lucros, um centro de pesquisa para os militares ou um espaço em que a cultura corporativa e a educação se fundem a fim de produzir consumidores eruditos. Igualmente importante é que o ensino superior deve divorciar-se dessas formas do conhecimento, desses valores subjacentes, dessas práticas, ideologias, relações sociais, culturais e representações associadas com a intensificação e a expansão da cultura militar.

O Ensino Superior não tem nem legitimidade nem razão ética para o exercício de práticas que são organizadas, em grande medida, para a produção da violência. É importante reivindicar o Ensino Superior como um lugar de práticas morais e políticas, cujo objetivo é não apenas introduzir os estudantes

no grande arcabouço de ideias e de tradições intelectuais diversas, mas também envolver na sua prática esses corpos de conhecimento herdados mediante o diálogo crítico, a análise e a compreensão.

Ao mesmo tempo, a educação é um conjunto de experiências sociais e um espaço ético, por meio do qual se torna possível repensar o que Jacques Derrida chamou de conceitos do “possível e do impossível” (DERRIDA, 2001, p. 245). Permite, também, o que Jacques Rancière denominou de afrouxamento das coordenadas do sensível, mediante uma constante reapreciação dos limites que distinguem esse sensível do subversivo (CANEVALE; KELSEY, 2007). Ambos os teóricos estão preocupados com a forma como as fronteiras do conhecimento e da vida cotidiana são construídas de maneira aparentemente inquestionável, tornando-se necessário não apenas interrogar os pressupostos do senso comum, mas também perguntar o que significa questionar tais pressupostos e ver para além deles. Como uma prática política e moral, a educação sempre pressupõe uma visão do futuro, na sua introdução, preparação e legitimação de formas particulares de vida social, exigindo respostas para as perguntas: e o futuro de quem é afetado por essas formas? Para que fins eles concorrem?

O convite para “retomar a universidade” é um lembrete de que a luta pelas condições educacionais, que tornam possíveis e eficazes as identidades democráticas, os valores e a política, deve ser travada com urgência, nesse período em que a esfera pública democrática, assim como os bens e os espaços públicos estão sob o ataque de inúmeros fundamentalismos que compartilham o denominador comum que é desabilitar uma substantiva noção de ética democrática, agência e política. Mais especificamente, estou conclamando a todos para a construção de estratégias para recuperar a promessa da universidade como um bastião da democracia e para lutar contra essas forças antidemocráticas que trabalham, atualmente, para instrumentalizá-la, mercantilizá-la e militarizá-la.

Além disso, em função dos recentes ataques ao Ensino Superior por grupos de direita, pela mídia e por grupos de reflexão, é fundamental que tenha lugar uma defesa nova e cheia de espírito da liberdade acadêmica. Tais grupos, cada vez mais, ameaçam a utilização do conhecimento crítico, do debate, do diálogo e da pedagogia na sala de aula, *rotulando* tais práticas como propaganda, como se o objetivo do ensino devesse ser o de reproduzir os saberes existentes e a opinião pública, em vez de realizar um diálogo crítico sobre eles.

Está em causa aqui, a noção de uma prática de ensino que simplesmente se recusa a servir ao poder do governo, aos interesses nacionais e a visões de mundo oficialmente sancionadas. Tais esforços em defesa da liberdade acadêmica devem ocorrer não apenas por intermédio de tentativas unificadas de professores e organizações sindicais, como a Associação Americana de Professores Universitários, a Federação Americana de Professores ou a Associação Nacional de

Educação, mas deve incluir também o apoio de pessoal temporário e funcionários não docentes da universidade, juntamente com grupos progressistas, indivíduos, artistas e intelectuais, fora da universidade. Central para qualquer defesa da liberdade acadêmica é a necessidade de convencer o grande público sobre quão relevante é a colaboração inclusiva, tanto para a elevação do nível intelectual de engajamento entre os professores e estudantes como para a salvaguarda dos alicerces da universidade e de uma sociedade democrática.

Além disso, os educadores precisam criar currículos e programas em toda a universidade, que proporcionem aos alunos o conhecimento humanístico, conhecimentos técnicos, competências científicas e modos de erudição que os capacitem a participar e transformar, quando necessário, o ideal de uma democracia global. A educação deverá expandir a habilidade dos alunos em serem agentes críticos, capazes de governar em vez de simplesmente serem governados e de pensar as possibilidades de um futuro mais democrático. Em vez disso, estamos assistindo a uma perigosa confluência de ensino superior, militarismo e poder corporativo que degrada “[...] a prática cotidiana e a cultura do ensino superior” (SEYBOLD, 2008, p. 2).

A atual compartimentalização do ensino superior, a mercantilização do currículo, a crescente ligação entre os militares e as universidades mediante projetos de investigação conjuntos e bolsas de estudos patrocinadas pelo Pentágono, bem como a transformação dos alunos em consumidores, têm prejudicado faculdades e universidades nos seus esforços para proporcionar aos estudantes os conhecimentos e as competências de que necessitam para aprender a governar, como também para desenvolver as capacidades necessárias para a deliberação, a argumentação fundamentada e as obrigações de responsabilidade cívica.

Para que as atuais e as futuras gerações possam desafiar essas forças, o Ensino Superior deve fornecer os meios da educação crítica e de uma pedagogia que exponham os alunos a uma cultura intelectual verdadeira, que seja também prazerosa, estimulante e capacitadora. Um ensino superior dessa natureza, no mínimo, não apenas fornecerá aos estudantes um amplo ensino geral, mas também dotá-los-á de hábitos do pensamento crítico e de uma paixão para a responsabilidade social, que lhes permitam levar a sério a sua participação na vida pública. O que ficou claro é que a incursão, na vida da universidade, de valores corporativos da política ideológica de direita, assim como da cultura militar, valores esses profundamente enraizados, prejudica a obrigação que a universidade tem de fornecer aos estudantes uma educação que lhes permita levar a sério a afirmação insistente de John Dewey, de que “[...] a democracia tem que renascer em cada geração e a educação é a sua *parteira*” (HOLLANDER, 2000).

O Ensino Superior está se tornando cada vez mais inacessível para todos, menos para os estudantes financeiramente mais prósperos. Deveria ser

gratuito para todos os alunos, simplesmente porque não é um título, mas um direito fundamental para o funcionamento da democracia. Por isso, o convite à apresentação de estratégias para retomar o ensino superior também discute a transformação do ensino superior em acessível a todos, independentemente da riqueza e do privilégio.

O Ensino Superior não pode ser controlado pela riqueza, tendência essa que reforça a diferença de oportunidades para os estudantes com base em sua capacidade de pagamento. No mínimo, empréstimos estudantis devem ser substituídos por uma combinação de apoios financeiros a título definitivo e de programas de trabalho para a manutenção do estudo, tornando possível a todos os indivíduos que queiram frequentar o Ensino Superior e, especialmente, para aqueles marginalizados por classe ou por raça, que assim o façam. Além disso, tornar o ensino superior gratuito eliminaria a necessidade, para aqueles que não podem pagar por ele, de se apresentarem como voluntários para servir ao exército, pondo em perigo as suas vidas “[...] para ter as oportunidades educativas que provavelmente seriam o direito dos cidadãos em uma democracia menos vergonhosa” (WOLLIN, 2008, p. 147)³.

A universidade foi reorganizada sob a força dos princípios do mercado e os modos de lideranças e, assim, professores, alunos e funcionários foram retirados das relações de poder de autonomia democrática. Essas relações de poder e esses modos de governo têm de ser recuperados, se a universidade se prepara para uma luta contra as estruturas disciplinares em curso, que visam a produzir uma universidade neoliberal. Como é sabido, as relações de poder nas universidades e nas faculdades, são hoje extremamente pesadas, em grande parte, controladas por administradores e gestores, portanto, tomadas daqueles que realmente fazem o trabalho da universidade, a saber, o corpo docente, funcionários e alunos. O poder tornou-se centralizado, em grande parte, nas mãos de administradores que estão próximos ao negócio, à indústria e à segurança nacional e estadual.

Entre as mais necessárias reformas estão incluídas a defesa dos postos de trabalho de professores com dedicação exclusiva, a transformação de empregos temporários em cargos de tempo integral, a ampliação dos benefícios para os trabalhadores em tempo parcial e a volta de um poder maior, colocado nas mãos dos professores e dos alunos. Um corpo docente fraco se traduz em um corpo docente sem direitos ou poder, regido pelo medo e não por uma partilha de responsabilidades e que é suscetível a táticas de barateamento da mão de obra,

3 WOLLIN, Sheldon S. *Democracy, Inc.: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism* Princeton: Princeton University Press, 2008. p.147. É importante notar que esse não é um argumento para não se realizar o serviço militar, mas um chamado para que todos os cidadãos o façam, partilhando, assim, os sacrifícios militares que o país é obrigado a fazer.

como o aumento da carga de trabalho, a crescente casualização do trabalho, bem como a supressão da dissidência. Aos educadores com contratos temporários ou de tempo parcial deve ser dada a oportunidade para romper o ciclo da exploração do trabalho e, dentro de um curto período de tempo, a chance de assumir posições estáveis, com todos os benefícios e com o poder de influenciar as políticas decisórias (BOUSQUET, 2008).

Do mesmo modo, se a universidade deve enfatizar o discurso do iluminismo, da ética, da visão e da política democrática, ao invés de a linguagem da militarização, das políticas ortodoxas, do fundamentalismo e do mercado, é fundamental que o Ensino Superior não só honre seus alunos, fornecendo-lhes as competências fundamentais e o conhecimento, mas também lhes dê a oportunidade para se apropriarem da linguagem da crítica e da possibilidade, exercitando-as. Isso, como parte de um esforço mais amplo para conectarem o que aprendem na sala de aula a um mundo maior e à visão de uma democracia inclusiva e substantiva.

A educação não se dá apenas quanto a questões de trabalho e economia, mas também quanto a questões de justiça, liberdade social, capacitação para uma atuação democrática, de ação e de mudança, bem como a questões de poder, exclusão e cidadania. A educação, no seu melhor, trata de como habilitar os alunos a encarar seriamente a forma como eles devem viver suas vidas, defender os ideais de uma sociedade justa e agir de acordo com a esperança de uma democracia forte.

Esses são temas políticos e educacionais e devem ser tratados como parte de uma preocupação mais ampla, que se ocupe com a renovação da luta por justiça social e democracia. O Ensino Superior deve ser um lugar onde imaginar o inimaginável seja parte de um esforço não apenas que oportunize aos alunos pensar de maneira diferenciada, mas também que os estimule a agirem de outro modo, na missão de levar a sério o ideal de democracia. Essa é a razão pela qual retomar a universidade é tão crucial.

REFERÊNCIAS

- ARONOWITZ, S. *Against Schooling: For an Education that Matters*. Boulder: Paradigm Publishers, 2008.
- BOUSQUET, M. *How the University Works: Higher Education and the Low-Wage Nation*. New York: New York University Press, 2008.
- CARNEVALE, F.; KELSEY, J. Art of the Possible: An Interview with Jacques Rancière. *Artforum*, p. 260–261, March 2007.
- COTE, M.; DAY, R. J. F.; PEUTER, G. (Orgs.). *Utopian Pedagogy: Radical Experiments Against Neoliberal Globalization*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- DERRIDA, J. The Future of the Profession or the Unconditional University. In: DERRIDA, J. *Derrida Down Under*. Laurence Simmons and Heather Worth. Auckland, New Zealand: Dunmore Press, 2001. p. 245.
- DONOGHUE, F. *The Last Professors: The Corporate University and the Fate of the Humanities*. New York: Fordham University Press, 2008.
- GIROUX, H. A. *The University in Chains: Confronting the Military-Industrial-Academic Complex*. Boulder, Colorado: Paradigm Publishing, 2007.
- GIROUX, H. A. *Public Spaces/Private Lives: Democracy Beyond 9/11*. Boulder, Colorado: Rowman and Littlefield, 2003.
- GIROUX, H. A.; GIROUX, S. S. *Take Back Higher Education*. New York: Palgrave, 2004.
- HOLLANDER, E. L. The Engaged University. *Academe*, July/August. 2000. Disponível em: < <http://www.aaup.org/publications/Academe/2000/00ja/JA00Holl.htm>.>.
- JOHN, W. *Patriotic Correctness: Academic Freedom and its Enemy*. Boulder: Paradigm Publishers, 2008.
- NEWFIELD, C. *Unmaking the Public University: The Forty Year Assault on the Middle Class*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- SEYBOLD, P. The Struggle Against Corporate Takeover of the University. *Socialism and Democracy*, v. 22, n.1, p. 2, March 2008.
- WASHBURN, J. *University, Inc.: The Corporate Corruption of Higher Education*. New York: Basic Books, 2006. p. 227.

WATKINS, E. *Class Degrees: Smart Work, Managed Choice, and the Transformation of Higher Education*. New York: Fordham University Press, 2008.

WOLIN, Sheldon S. *Democracy, Inc.: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

Texto recebido em 30 de setembro de 2009.

Texto aprovado em 12 de outubro de 2009.